



FORMULÁRIO DE COMENTÁRIOS E SUGESTÕES

CONSULTA PÚBLICA Nº 17/2019 (de 08/08/2019 a 23/9/2019)

NOME/RAZÃO SOCIAL: Gran Petro Distribuidora de Combustíveis Ltda.

(x) agente econômico	() representante órgão de classe ou associação	
() consumidor ou usuário	() representante de instituição governamental	
	() representante de órgãos de defesa do consumidor	
Consulta Pública sobre minuta de resolução que estabelece os parâmetros referentes à instrução e ao julgamento dos processos administrativos sancionadores no âmbito da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis.		
ARTIGO DA MINUTA	PROPOSTA DE ALTERAÇÃO	JUSTIFICATIVA
Artigo 2º - A	Art. 2º - A. Os prazos serão contados em dias úteis excluindo-se o dia do início e incluindo-se o do vencimento. Parágrafo único. Quando o vencimento ocorrer em feriado, dia santificado ou em dia que não haja expediente integral na ANP, o prazo da defesa prorrogar-se-á, automaticamente, para o primeiro dia útil seguinte.	Em respeito ao princípio da Segurança Jurídica estampado no artigo 5º, inciso XXXVI, da Constituição Federal, e em atenção à sistemática brasileira implementada com o advento do novo Código de Processo Civil, em vigor desde 2015, a forma de contagem do prazo deve ser realizada em dias úteis , seguindo a lei orgânica, que, além de se sobrepor ao Decreto nº 2.953/1999, é lei posterior. Registre-se que o CPC determina em seu art. 219 que “na contagem de prazo em dias, estabelecido por lei ou pelo juiz, computar-se-ão somente os dias úteis”.
Artigo 4º	Art. 4º Os vícios processuais meramente formais ou de competência do auto de infração são passíveis de convalidação em qualquer fase do processo, desde que o defeito seja sanável, não acarrete lesão ao interesse público ou não acarrete prejuízo à terceiros. Parágrafo único: No caso de convalidação dos vícios meramente formais, será concedido novo prazo de defesa do autuado, independente da fase processual.	Os requisitos descritos no artigo 55, da Lei nº 9.784/1999, precisam ter correspondência na Regulação da Agência, sendo, também, imprescindível observar os princípios da Ampla Defesa e do Contraditório previstos na Constituição Federal (Art. 5º. LV - aos litigantes, em processo judicial ou administrativo, e aos acusados em geral são assegurados o contraditório e ampla defesa, com os meios e recursos a ela inerentes). Desta forma, qualquer alteração no auto de infração deve oportunizar ao autuado a respectiva manifestação em prazo razoável, seja a mudança meramente formal ou não.

Artigo 6º	Art. 6º O autuado será citado para apresentar defesa, no prazo de quinze dias ÚTEIS , a contar da data do recebimento do auto de infração.	Idem à justificativa do artigo 2º-A acima.
Artigo 10	Art. 10. O autuado será informado sobre os atos administrativos realizados e intimado para apresentação de alegações finais, no prazo de cinco dias ÚTEIS , contados do recebimento da intimação.	Idem à justificativa do artigo 2º-A acima.
Artigo 11	Art. 11. Verificada a necessidade de esclarecimento imprescindível à decisão ou de coleta de elementos de prova, a autoridade julgadora poderá requerer a realização de diligência. § 1º Caso a diligência seja para a coleta de elementos de prova, o autuado deverá ser intimado com antecedência mínima de cinco dias ÚTEIS , mencionando-se data, hora e local de realização da diligência.	Idem à justificativa do artigo 2º-A acima.
Artigo 18, Parágrafo único	Art. 18. Em caso de fixação da pena de multa, a autoridade julgadora observará os critérios legais da capacidade econômica, gravidade da infração, antecedentes e vantagem auferida, considerando as especificidades inerentes a cada atividade regulada. §1º O cumprimento espontâneo da obrigação, antes do início da ação de fiscalização ou da ciência desta, será considerado causa de diminuição da pena de 1/6 até 2/3 sob encargo do julgador , conforme as circunstâncias do caso concreto. §2º O Capital Social mínimo exigido pela ANP para a obtenção da autorização não será levado em consideração para majorar a pena de multa em função da capacidade econômica do agente. §3º A pena de multa poderá ser majorada em função da gravidade da infração desde que haja uma circunstância diferenciada para sua ocorrência, além do dispositivo legal que define a conduta como passível de punição. §4º A não verificação de vantagem servirá como atenuante ou eventual cancelamento da autuação.	Necessário, <u>em prol do princípio da segurança jurídica, que seja determinado na norma a impositiva diminuição da pena, sem discricionariedade.</u> Ainda, socorrendo-se analogamente do Código Penal, o qual atribui a respectiva redução após a positivação de cada conduta, sugerimos as bases de redução. Capacidade Econômica: deve ser levado em consideração o fato de a ANP já exigir um capital social mínimo para atuação como agente regulado, sendo de R\$ 4,5 milhões para as Distribuidoras de Combustível, por exemplo. Ou seja, cada análise deve levar em consideração os valores de partida, caso contrário a majorante pode se tornar automática. Gravidade da Infração: para ser considerada deve haver uma circunstância a mais, além do simples cometimento da infração, que já possui sua penalização determinada. Sem haver uma especial circunstância além da prevista, a majoração torna-se automática, deixando o dispositivo fora de sistemática; Vantagem auferida: a não obtenção de vantagem deve importar em cancelamento da autuação, ou, ao menos, atenuante, prestigiando a motivação e a finalidade do ato administrativo.
Artigo 19	Art. 19. Para fins de agravamento da pena de multa, a autoridade julgadora deverá considerar como antecedentes apenas as condenações definitivas no exercício da mesma atividade regulada em julgamento, cujo prazo entre a data do cumprimento ou extinção da pena e a infração posterior não tiver decorrido período superior a 2 (dois) anos.	Observando a sistemática das normas e <u>prestigiando o princípio da segurança jurídica</u> , imprescindível definir a limitação do prazo de reincidência em 2 anos, em decorrência do que normatiza o artigo 2º e §1º, da Resolução ANP 8/2012.

	<p>§1º Devem ser considerados como antecedentes apenas as condenações em que a decisão for definitiva na esfera administrativa, não obstada por processo judicial em curso, ou, eventualmente, houver trânsito em julgado de processo judicial envolvendo a infração.</p> <p>§2º O lapso temporal previsto no caput será reduzido para seis meses se o infrator houver cumprido a pena pecuniária a ele imposta pela ANP na forma do art. 4º, §3º da Lei nº 9.847/99.</p>	
Artigo 20	<p>Art. 20. A autoridade julgadora, motivadamente, sem modificar a descrição do fato contido no auto de infração, poderá alterar o enquadramento jurídico informado ao autuado no documento de fiscalização ou no despacho de instrução, ainda que, em consequência, tenha de aplicar a pena de multa de maior valor.</p> <p>Parágrafo único. No caso da hipótese do artigo acima, o autuado será intimado para apresentar defesa, no prazo previsto.</p>	<p><u>Em atenção ao princípio da ampla defesa e do contraditório, qualquer alteração realizada no AIIM ou na peça acusatória deve oportunizar que o autuado se manifeste desde a defesa.</u> É imperioso que seja dada total condição ao autuado para que se defenda exatamente daquilo que é acusado, independentemente de haver ou não agravamento da multa.</p>
Artigo 21 Parágrafo único	<p>Art. 21. As incorreções ou omissões do auto de infração não acarretarão sua nulidade, quando deste constarem elementos suficientes para determinar a infração e possibilitar a defesa do autuado.</p> <p>§1º Constatado vício insanável no documento de fiscalização que impossibilite a determinação da infração e a defesa do infrator, o auto de infração será anulado. São vícios insanáveis:</p> <p>a) a não apresentação de documentos necessários para a validade do Auto de infração, no prazo determinado em Lei;</p> <p>b) aqueles em que o resultado imediato viola lei, regulamento ou ato administrativo;</p> <p>c) quando a matéria de fato ou de direito em que se fundamenta o ato for materialmente inexistente ou juridicamente inadequada ao resultado obtido;</p> <p>d) quando o agente pratica o ato visando a fim diverso daquele previsto, explícita ou implicitamente, na regra de competência.</p> <p>§ 2º Na hipótese prevista no §1º, poderá ser lavrado novo auto de infração em substituição ao anulado.</p>	<p>Necessário que haja um rol, exemplificativo ou taxativo, para nortear a questão, <u>a fim de não haver inovações às interpretações, fixando um parâmetro, em respeito à segurança jurídica.</u></p>
Artigo 23	<p>Art. 23. Em face da decisão que imponha penalidades, o autuado poderá interpor recurso no prazo de dez dias úteis, contados da intimação da decisão.</p>	<p>Idem à justificativa do artigo 2º-A acima.</p>
Artigo 26	<p>Art. 26. A análise de admissibilidade do recurso avaliará se houve cumprimento dos requisitos formais.</p>	<p>Idem à justificativa do artigo 2º-A acima.</p>

	<p>§ 1º A tempestividade será verificada pela data da postagem, na hipótese de recurso encaminhado pelos correios, ou pela data de seu protocolo na ANP.</p> <p>§ 2º Havendo irregularidade formal sanável, o recorrente deverá ser intimado pela unidade organizacional para a regularização, no prazo de cinco dias úteis contados da intimação.</p>	
<p>Artigo 32 Parágrafo único</p>	<p>Art. 32. Cada unidade organizacional manterá controle atualizado com a relação dos processos sancionadores de sua competência, contendo, no mínimo, as seguintes informações:</p> <p>I - data do documento de fiscalização e do auto de infração;</p> <p>II - número do documento de fiscalização;</p> <p>III - número do processo administrativo;</p> <p>IV - nome empresarial do autuado;</p> <p>V - número de inscrição no CNPJ ou CPF do autuado;</p> <p>VI - situação processual; e</p> <p>VII - resultado das decisões de primeira e segunda instância.</p> <p>Parágrafo único. As informações listadas no caput serão disponibilizadas mensalmente pelas unidades organizacionais à Superintendência de Comunicação Institucional - SCI para publicação no site da ANP na Internet, apenas quando a decisão for definitiva na esfera administrativa, não obstada por processo judicial em curso, ou, eventualmente, houver trânsito em julgado de processo judicial envolvendo a infração.</p>	<p><u>A publicação mensal daqueles autuados, fere, diretamente a presunção de inocência do suposto infrator.</u> Se não há condenação do acusado, é necessário que este não tenha seu nome maculado por processos que levem o consumidor a possível erro.</p>

Este formulário deverá ser encaminhado à ANP para o endereço eletrônico: consultaprocessosancionador@anp.gov.br ou, diretamente, em um dos protocolos da ANP indicado no item 2.1 do Aviso da referida Consulta Pública.